

## O FUTURO DA POPULAÇÃO DE EXPRESSÃO PORTUGUESA (O LUSOTROPICALISMO HOJE)\*

Adriano Moreira

1. Em 1944, e por iniciativa de Armin L. Robinson, aparecia em Nova York um livro, que hoje parece razoavelmente esquecido, com o título *The Ten Commandments*, e no qual colaboraram, cada qual contribuindo com um ensaio, os seguintes autores: Hermann Rauschnig, Thomas Mann, Rebecca West, Franz Werfel, John Erskine, Bruno Frenk, Jules Romain, André Maurois, Sigrid Undset, Henrik Willem van Loon, e Louis Bromfield.

Os títulos dos trabalhos produzidos, mostravam claramente que se tratava de provar, com angústia, como o estado de natureza descera uma vez mais sobre a sede do governo do mundo, pondo entre parênteses a ética de convicção que lhe dera identidade perante o resto do globo, e que Moisés trouxera escrita na pedra, um material que se revelou mais duradouro do que o coração dos homens.

Todavia, não foi uma literatura de regresso às abandonadas fontes, abandono com os sabidos efeitos que alastraram ao redor da terra, que se tomou dominante. Implantou-se antes uma prospectiva que partia dos factos acontecidos e dos desejos e ambições revelados como factos com peso social, sem uma definição ética superior, porque esta deixou de ser um princípio para ser o quadro auxiliar do resultado instável de cada instante. Temos esperança, um dos valores antigos, de que finalmente a nova década seja testemunha de um resultado em que a paz, como princípio e objectivo, se tenha finalmente introduzido.

\* Conferência pronunciada no 1º Colóquio Internacional – “População do Mundo de Expressão Portuguesa”, Recife, 1988.

Entretanto, em relação ao mundo que muitos dos vivos ainda conheceram, que quiseram ajudar a progredir e mais oportunidade tiveram de lhe testemunhar a ruína, é necessário que de novo o espírito sobre o caos.

2. Quando notamos este desastre, não queremos evidentemente ignorar, antes pelo contrário, que uma nova ordem parece estar em desenvolvimento, que existem centros de decisão obedecidos planificadores, que uma nova criatura, escondida sob o velho nome de Estado, parece querer assumir a regência do novo sistema. Mas existem as ruínas da cidade velha, a questão de saber que linhas se procurarão reanimar da sua traça destruída, e esses destroços compreendem aquilo que aflora de um euomundo politicamente desaparecido, de predomínios éticos derrubados, de supremacias culturais desfeiteadas, de valores como o patriotismo, a nação, a soberania, o orgulho da história, fenecerem nuns lugares, mudarem de conteúdo noutros, e emigrarem para terras onde encontraram difíceis condições de adaptação e difícil prognóstico de sobrevivência.

Se considerarmos que, no espaço geográfico onde se desenvolveu aquilo que Gilberto chamou — *o mundo que o português criou*, lavra uma guerra marginal das superpotências vai para trinta anos, que apenas em metade desse período houve intervenção portuguesa, e que na região principal, que é Angola, se instalaram geratrizes novas antes ali desconhecidas, devemos indagar se a célebre moldura que o nosso patrono traçou ainda hoje limita a mesma realidade com os mesmos indícios de futuro. É realmente altura de perguntar, se permanece a realidade desta afirmação de Gilberto: “e esse poder de irradiação da cultura luso-brasileira parece que tende a crescer, e não a contrair-se, como proclama muito seguro de si certo pessimismo apressado”.<sup>1</sup> Um pessimismo perguntador, em que talvez pudéssemos incluir o entusiasmo do admirador de Gilberto, que foi Almir de Andrade, quando afirmou, também por esse tempo, que a capacidade do colonizador português foi devida “à sua própria formação psicológica e social, bastante distanciada dos traços comuns às outras sociedades da Europa, bem anti-européia nas suas raízes mais espontâneas e mais profundas”.<sup>2</sup>

Acontece que uma das condicionantes, freqüentemente esquecida, do crescimento daquilo que o Gilberto chamou o mundo que o português criou, foi o *poder político*, e nesta variável do processo é que se manifestaram, antes de mais, alterações que reflectem na solidez ou precariedade da moldura gilbertiana. Talvez um dos indicadores da consciência, mais esclarecido, da mudança se possa encontrar no título que Silvino Silvério Marques deu a um livro que publicou em 1978, o qual prefaciei, e que foi: — *Portugal — e agora?*<sup>3</sup>

3. As ajudas destinadas a encontrar uma resposta para esta pergunta podem inserir-se na questão de encontrar uma nova estratégia nacional, porque a secular definitivamente morreu em 1974, e porque a definição internacional do país também mudou radicalmente com a assina-

tura do Acto Único Europeu, em 17 de Fevereiro de 1986 no Luxemburgo, e em 28 de Fevereiro de 1986 na Haia, precedido este de três documentos fundamentais: a *Declaração da Cimeira de Estugarda* de 1983; o *Projecto de União Européia* do Parlamento Europeu de 1984; o *Relatório do Comité Ad Hoc* de 1985.<sup>4</sup>

Todo o quadro Gilbertiano se refere a uma definição que não teve de preocupar-se com a unidade do poder político em toda a área onde o fenómeno lusotropical se desenvolvia, excepto no que tocava a dicotomia Portugal-Brasil. Esta, durante os anos que decorreram desde o Tratado de 29 de Agosto de 1825, até à degradação do ambiente geral pela segunda guerra mundial, não se presumia que desse origem a divergências que afectassem o território de soberania portuguesa, em vista do artigo 3º que alheava o Brasil daqueles territórios, e, pelo que respeita à teorização ideológica geral, era Gilberto quem pela primeira vez a fazia, e a estrutura não parecia prejudicada pelas faltas de autenticidade que primeiro documentou em *Aventura e Rotina*, e ainda pôde detectar na prática brasileira.<sup>5</sup>

A alteração irreversível, e sem precedente histórico, da moldura política do sistema interpretado por Gilberto, aconselha que as relações entre o poder político e os sistemas ou projectos culturais recebam uma atenção que anda fora das tradições desta matéria, tendo sobretudo em vista que não estamos agora nos altos domínios dos centros cientificamente dominantes, mas na área da língua e dos modelos de comportamentos da sociedade civil.

E para que não pareça muito ousada a observação, recordarei apenas a importância da chamada *equação de Cline* (1980), ainda recentemente objecto de tese de doutoramento de Políbio Valente de Almeida ao tratar *Do poder do pequeno Estado*.<sup>6</sup> Temos a convicção de que a fórmula corresponde mais à imaginação do que à realidade, mas sublinha o facto de que a *avaliação do poder* continua a ser um elemento fundamental da metodologia das relações internas e internacionais.

Também nos parece apropriado fazer um comentário sobre facto de que não foi apenas o regime português que mudou em 1974, o que aconteceu muitas vezes na história sem o mesmo aparato – foi também a definição do sistema.

Temos insistido em que é necessário fazer uma distinção entre o sistema em que um país com identidade internacional está integrado, e o regime entendido como capacidade de reger todo ou parte do sistema, independentemente do sinal ideológico. Portugal estava integrado no sistema ocidental, acompanhou as suas variações, sobretudo da frente marítima, e mudou de regime mais de uma vez, sem alterações do sistema. Mas não regia a totalidade deste, onde sempre constava a potência política dominante. Várias vezes, na sua história, fez um pagamento ao equilíbrio do interesse geral com recursos próprios, porque fora do sistema não tinha viabilidade e dentro dele aceitava repartidas conseqüências que ultrapassava o seu poder.

Desta vez foi a redefinição do sistema internacional, ainda em curso manifesto na guerra que não acabou na África austral, nem dá mostras de terminar com a tragédia de Timor, que excluiu totalmente o poder político Gilbertiano da moldura lusotropical, um conceito mais do que operacional, antes existencial e valorativo.

A eliminação dos poderes políticos e a sua substituição por outros, fez entrar em crise os próprios conceitos de soberania, autoridade e dependência, porque a *clandestinidade* do Estado nunca foi tão desenvolvida no passado, nem, por isso, a imagem dos acontecimentos nunca andou tão afastada da realidade.<sup>7</sup>

4. Desde 1945 a 1988, foi a logística dos impérios que levou às exigências, que não podem ser ignoradas, de uma nova metodologia das relações entre as superpotências, e os seus poderes aliados.<sup>8</sup> Para manter a paz na área do conflito central, e eliminar as guerras marginais, são os *grandes espaços* que avultam, e não os poderes políticos, do século passado, das soberanias.

No que toca à Europa, a fórmula que melhor parece sintetizar a situação parece ser a de Michel Richonnier: "Hors de l'Europe politique, point de salut".<sup>9</sup>

Dá a impressão de que um homem típico desta conjuntura europeia que vivemos, não tem problemas nacionais nem, com exclusão talvez da política e da defesa, não tem heranças culturais específicas da pátria em que lhe aconteceu nascer, não tem vizinhanças primárias, nem religiosas, nem sanguíneas, nem étnicas, nem lingüísticas, nem estáticas, nem profissionais, e que elas apenas lhe começam no imaginário da nova procurada fronteira, que se espera aberta, do grande espaço em que vão fundir-se e esquecer-se séculos de história, patrimónios colectivos, gestas de um povo, sacrifícios individuais em favor do colectivo que perderam a função e motivo para serem lembrados.

Sem prestarem nenhuma homenagem, nem sequer a de citação, às cogitações de Cline, falam do espírito, da cultura, da ciência, da expansão económica e da qualidade de vida, tendo sempre presente a necessidade histórica de um poder político ou de uma nova.

Os pequenos países, parece que ainda poderão fornecer homens de sucesso, algumas vezes à custa do que lhes resta de substância, mas não lhes parece que terão geralmente sucesso com países, se atendermos ao peso, na conjuntura, deste modernismo que não raciocina fora dos conceitos do império sem usar a palavra, tendo apenas o cuidado de alterar a semântica, ou de esperar, usando expressões vagas, que esta fomeça as armas do novo discurso eficaz.

5. Entretanto, e todavia, a experiência destes calamitosos anos de paz improvável e de guerra impossível, que viram as duas superpotências chegarem ao limite das capacidades logísticas para atenderem às exigências dos respectivos impérios, mostra que pequenos Estados puderam assumir um desempenho interno e internacional que as grandes potências não impediram, ainda quando o pretenderem. Servem de exemplo

os emirados do golfo, os pequenos países da orla do Pacífico, alguns paraísos fiscais europeus e das américas, sem falar nesse espantoso Mónaco que multiplica os lucros e as tentações.

Com isto pretendemos sublinhar que o desaparecimento do poder político, o qual era um elemento importante do conceito Gilbertiano, não implica o derrubar da área cultural onde o sistema político regeu. E que o estudo e aproveitamento das fraquezas, debilidades e omissões dos sistemas regidos pelos grandes poderes, não conseguem impedir a definição e exercício de uma função para os pequenos países, seja qual for o critério adoptado para a medida.

Esta função não poderá ignorar a nova definição das fronteiras, mas igualmente não deixará de beneficiar do carácter flexível, aberto, e mais indicativo do que limitativo, que as fronteiras estão necessariamente a assumir num mundo unificado por tantos factos objectivos e subjectivos.

É ilógico, mas sobretudo parece ser contra a natureza das coisas, assumir a unidade do mundo e tolher a liberdade de comunicação e expressão em todos os aspectos. O entendimento desta situação, e o realismo com que tem sido usada, explica muitos dos triunfos dos pequenos países na era das superpotências. Mas a nenhum aconteceu que a sua redefinição internacional, imposta por factores exógenos, tivesse de ser procurada na época em que os grandes espaços são o projecto em marcha, sem doutrina nova para a relação entre esta realidade e qualquer nova doutrina de regência política.

Portugal, que tomou parte ativa e dolorosa na guerra da África Austral que já dura 38 anos, viu desaparecer, como aconteceu a tantos países da Europa da frente marítima, o seu projecto estratégico tradicional, mas não encontrou outro. Isto, certamente, porque tais projectos não têm a fonte na decisão isolada do poder assumido — resultam de muitas desencontradas contribuições, de uma convergência popular, de um tempo demorado. A entrada na Europa é uma inevitável mudança do estatuto internacional, mas não é um projecto estratégico nacional, é a participação num projecto coletivo.

As revoluções políticas fazem-se em tempo acelerado, as revoluções culturais necessárias exigem um tempo demorado, que aqui estamos a tentar utilizar com proveito.

O facto é que pela primeira vez na nossa história pertencemos a um grande espaço, ou dois, onde entra a Espanha, pela primeira vez na nossa história assumimos como nossos os problemas especificamente europeus, pela primeira vez na nossa história temos uma política internacional coordenada e não independente, pela primeira vez na nossa história estamos obrigados a contribuir para a formação dos Estados Unidos da Europa.

A vivência destes problemas não chegou por igual à América Latina, e, no continente novo, o que as circunstâncias fazem avultar em consequência do desmoronamento do velho sistema europeu, são as inde-

pendências dos restos dos impérios que dificilmente abrigam sequer o sonho de virem a abrigar uma nação. O mesmo pode dizer-se do sacrificado continente africano, assim como de alguns esporádicos casos do oriente, onde as fronteiras novas vão mais representando acordos feitos longe, por experimentados poderes em competição.

Mas, no velho mundo, onde nasceu o conceito nacional, onde se viveu e sacralizou tal forma de viver, que se trasladou para agressividade internacional, o processo é outro. Enquanto pelo lado da vida que continua se procuram novos conteúdos para as velhas palavras, ou palavras novas para a realidade sem precedente conhecido, também pela via da lamentação se renovaram outros projectos afastados, alternativas rejeitadas, e sobretudo, grandezas perdidas.

Entre nós, esse mestre da pastoral da esperança, que é Agostinho da Silva, num texto pequeno, como usa, chamado *Fantasia Portuguesa Para Orquestra de História e de Futuro*, lembrava os que chama inimigos do Mar, nem menos que Herculano Oliveira Martins, e Antônio Sérgio, formalmente mencionados por outros com a alegria de no mar não termos responsabilidades de monta desde 1974.<sup>10</sup>

Mas temos certamente em curso um processo, que ainda não terminou, o qual respeita à redefinição das capacidades efectivas do Estado, e á sua nova função internacional. Para exprimir esta circunstância, temos recordado a categoria de *Estado exíguo*, que o passado consagrou entre os Estados independentes mas incapazes, e que a nova conjuntura absorve em grandes espaços, á semelhança do que fez com a invenção dos estados federados.

É nesta situação que enfrentamos a reconstrução possível de um sistema político de cooperação que cubra a área outrora dominada por um sistema político, que era de criação ocidental, e que foi abandonado pelas potências europeias ocidentais.

Todavia, é evidente que, para além do novo desenho político, existem factores novos que não estavam presentes na realidade estudada por Gilberto. Angola não é provável que venha a corresponder ao projecto português tradicional, ou ao projecto gilbertiano, ou ao projecto abrilista de 1974: teve de contar-se com a presença de cinquenta mil cubanos por tempo tão longo, somando a guerra á falta de mulheres do seu grupo; a divisão interna das etnias em guerra recíproca, não contra o colonizador secular; a influência do sovietismo, fortemente infiltrado na direcção do Estado. Algo de semelhante pode dizer-se para Moçambique, onde a violência interna e a presença da África do Sul, apoiando oportunisticamente uma das facções, desenhou um mesmo fenómeno. A absorção de Timor pela Indonésia, cometendo genocídio que apenas é encoberto pela conveniência das alianças militares do invasor. O regresso de Macau á China, um poder com larga e continuada experiência de administrar grandes espaços e absorver minorias. Tudo são factos novos que têm a previsão incerta, salvo para os crentes inabaláveis do V Império.

Em toda a parte, aquilo que avulta como menos vulnerável, e como cimento mais forte, é realmente a língua, e com ela, se a capacidade existir e a vontade não faltar, o veículo da cultura capaz de disputar o seu espaço e de o fazer crescer. Por isso temos insistido em que seria urgente a criação de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa, onde, todos os Estados em pé de igualdade, pudessem tratar desse patrimônio comum que tem no Brasil a maior expressão. Como temos insistido na urgência de criar um tipo de Universidade, federal, internacional, agregadora de instituições diferentes de cada um dos países interessados, a qual se concentrasse na formação de mestres e doutores, que seriam os fiadores da área cultural que pertencesse a todos. Fazer isto está ao nosso alcance, dos que falam a língua, e duvido que estejam ao mesmo alcance competições no domínio económico, financeiro ou de alta tecnologia. Declarações ocasionais, muitas vezes não queridas nem esperadas, sobre conflitos em curso, conselhos que não foram pedidos, pregações que apenas são ouvidas em casa mesmo que feitas em terras de infiéis, apenas iludem sobre o essencial que vai sendo coberto pelas aparências do curto prazo.

No Brasil e em Portugal existem vontade, tradições, escolas, experiências, que podem explorar com êxito estes caminhos. As Fundações Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre poderiam tomar a iniciativa. Tenho muitas vezes a impressão de que teriam encontrado assim a melhor maneira de enriquecer o lusotropicalismo, de cumprir o modelo de um pensamento que anualmente homenageamos. Gilberto não deixaria de empunhar a bandeira de um tal movimento, congregador, modernista, ultrapassador das hesitações e esquecimentos dos poderes políticos. Profundamente lusfada, humanista, e cheio de esperança tropical.

Aquilo que se afundou foi um sistema de construção secular, e um regime com apenas algumas dezenas de anos. Mas não desapareceu a área cultural sobre a qual se desenvolviam tais fenómenos, e é a sua reorganização, progresso e perenidade, à margem do Poder, e tendo em conta os novos Poderes do mundo, que temos de enfrentar. Lutando para que a mesma língua seja a trave mestra que nos une, e um veículo efetivo dos valores que tornaram específica a maneira portuguesa de estar no mundo.

## NOTAS

- 1 FREYRE, Gilberto. *O mundo que o português criou*, Rio: 1940, pág. 32.
- 2 A crítica e a intervenção de Antônio Sérgio estão feitas no prefácio deste para *O mundo que o português criou*, cit., ed. de 1940. O livro de Almir de Andrade chama-se *Aspectos da Cultura Brasileira*, e o capítulo em causa – *O Colonizador Português*.

- 3 *Portugal – e agora?*, Lisboa, 1978.
- 4 *Colóquio sobre o Acto Único Europeu*, In: *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa: 1985, vol. XIII, pag. 313 e segts.
- 5 *Aventura e Rotina*, passim.
- 6 ALMEIDA, Políbio Valente de. *Do poder do pequeno Estado*, (pol.), Lisboa: 1988.
- 7 Curiosamente, este processo de clandestinidade em curso, foi uma parte importante da defesa ocidental durante 1939–1945. Veja-se William Stevenson, *A man called intrepid*, Manchester, 1977.
- 8 JOHSON, Paul. *Une histoire du monde moderne*, Le nouvel échiquier, Paris: 1985, pág. 261 e segts. II v.
- 9 RICHONNIER, Michel. *Les metamorphoses de l'Europe, de 1976 a 2001*, Paris: pág. 249 e segts.
- 10 SILVA, Agostinho da. *Considerações, outros textos*, Lisboa: 1988, pág. 105 e segts.